



CONSULT AUDITORES

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO
GRANDE DO SUL S.A.**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Nº 1-04/24**

Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/23



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Ilmos. Srs.

CONFIDENCIAL

Administradores e Acionistas

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Rio Grande - RS

Prezados Senhores

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/DEZ/23.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972

Digitally signed by
PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Date: 2024.04.17
16:28:40 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA



CONSULT AUDITORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas
PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A.
Rio Grande - RS

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Contas a Receber e Adiantamentos de Clientes

A Companhia possui registrado nas rubricas de Contas a Receber (nota 5) e Adiantamento de Clientes (nota 15), os montantes de R\$ 27.930.730,10 e R\$ 5.934.282,36, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. Não obtivemos evidências objetivas suficientes que permitisse avaliar a adequação ou não da mensuração dos valores a receber e dos adiantamentos efetuados junto aos clientes.

Ativo Imobilizado

Conforme nota 11, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2023, na rubrica do Imobilizado, o montante de R\$ 742.592.050,67. A Administração não nos apresentou estudos técnicos para revisão da vida útil efetiva dos bens integrantes do ativo Imobilizado para definição dos cálculos das taxas de depreciações. Como agravante, os bens registrados na integralização de Capital da constituição da Companhia não foram individualizados nos controles internos, existindo evidências de não segregação entre edificações e terrenos, que foram transferidos pelo subscritor do Capital. E, quanto a tais bens, não houve apresentação de evidências suficientes



CONSULT AUDITORES

que pudesse dirimir a incerteza da existência de itens pertencentes à União e que foram, no passado, cedidos ao subscritor, via contrato de delegação.

Imunidade Tributária

Conforme nota 3.5, a Companhia, sem decisão judicial a seu favor, aplicou os benefícios fiscais da imunidade recíproca exclusivamente com base na solução de consulta nº 10.007-DISIT10, oriundo do processo nº 10265.283823/2022-27 e não calculou e contabilizou o Imposto de Renda sobre o Lucro no valor de R\$ 16.568.948,03, cujo impacto ocorre no resultado do exercício e passivo circulante.

Capital Social – Estatuto Social

Conforme nota 18.1, consta registrado no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 972.640.089,17, contudo, conforme estatuto social da Companhia, o valor do Capital Social é de R\$ 786.336.124,22.

Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

Conforme nota 20, sob argumento da adoção de Custeio Pleno, todos os custos e despesas foram levados ao objeto de custeio, apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício exclusivamente na rubrica de Custos dos Serviços Prestados. De acordo com a doutrina contábil, os valores gastos relativos à administração da Companhia que não estão diretamente ligados à prestação de serviços, devem ser classificados como despesas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de



CONSULT AUDITORES

acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e Revisão do Ano Anterior

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujo relatório datado de 27 de abril de 2023, continha ressalvas com relação ao Contas a Receber, Ativo Imobilizado, Provisão para Contingências, Outras Obrigações, Imunidade Tributária, Capital Social – Estatuto Social e Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



CONSULT AUDITORES

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso



CONSULT AUDITORES

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
Date: 2024.04.17 16:29:02
-03'00'

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RS

MARLOS NANONI
REINERT:0309383
6921

Assinado de forma digital
por MARLOS NANONI
REINERT:03093836921
Dados: 2024.04.17
17:04:41 -03'00'

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RS

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE
DO SUL S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2023**

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO
GRANDE DO SUL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2023

Balanco Patrimonial	3
Demonstração do Resultado do Exercício	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	9

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	280.407.757,50	189.870.908,00
Contas a receber	5	27.930.730,10	6.826.577,17
Adiantamentos	6	2.549.030,57	1.526.873,48
Tributos a recuperar	7	4.130.962,96	8.090.685,34
Despesa antecipada	8	85.109.065,76	52.421.622,21
Indenizações a Receber	9	37.991.396,73	-
		438.118.943,62	258.736.666,20
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo prazo			
Depósitos judiciais	10	6.118.516,65	-
Investimentos		80,00	-
Imobilizado			
Imobilizado	11	742.592.050,67	768.450.321,77
		748.710.647,32	768.450.321,77
TOTAL DO ATIVO		1.186.829.590,94	1.027.186.987,97

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	95.937.763,00	163.027,38
Obrigações tributárias	13	8.703.021,57	23.706.034,83
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	2.377.758,22	1.516.450,33
Adiantamento de clientes	15	5.934.282,36	595.083,81
Obrigações Societárias	18.2	493.620,22	102.737,21
Outras obrigações	16	60.634.531,03	16.973.603,08
		174.080.976,40	43.056.936,64
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Provisão para contingências	17	42.429.444,80	25.836.322,59
		42.429.444,80	25.836.322,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	18		
Capital Social		968.734.389,04	957.963.888,23
Reserva de Lucros		1.584.780,70	329.840,51
		970.319.169,74	958.293.728,74
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.186.829.590,94	1.027.186.987,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	209.640.956,58	104.062.697,55
CUSTO COM SERVIÇOS PRESTADOS	20	(259.147.243,93)	(111.330.350,44)
Pessoal		(14.721.542,57)	(8.533.726,00)
Serviços de terceiros		(155.693.498,64)	(41.733.966,72)
Materiais		(536.932,89)	(101.131,90)
Depreciações e amortizações		(27.067.023,83)	(17.981.325,48)
Outros	20.1	(61.128.246,00)	(42.980.200,34)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		37.991.396,73	-
Receitas de indenizações processuais	9	37.991.396,73	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	21	(11.514.890,62)	(7.267.652,89)
Receitas financeiras		20.915.505,12	14.257.193,74
Despesas financeiras		(1.781.330,01)	(2.330.434,53)
LUCRO ANTES DA CSLL		7.619.284,49	4.659.106,32
Provisões para CSLL	22	(5.973.461,29)	(4.226.528,60)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.645.823,20	432.577,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.645.823,20	432.577,72
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.645.823,20	432.577,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Integralização de capital	957.963.888,23	-	-	957.963.888,23
Resultado líquido do exercício	-	-	432.577,72	432.577,72
Constituição de reserva legal	-	21.628,89	(21.628,89)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(102.737,21)	(102.737,21)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	957.963.888,23	21.628,89	308.211,62	958.293.728,74
Integralização de capital	10.770.500,81	-	-	10.770.500,81
Resultado líquido do exercício	-	-	1.645.823,20	1.645.823,20
Constituição de reserva legal	-	82.291,16	(82.291,16)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(390.883,01)	(390.883,01)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	968.734.389,04	103.920,05	1.480.860,65	970.319.169,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	1.645.823,20	432.577,72
Ajustes de reconciliação:		
Depreciações e amortizações	27.067.023,83	17.981.325,48
Provisão para contingências	61.278.170,55	42.302.322,59
Resultado ajustado	89.991.017,58	60.716.225,79
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	(21.104.152,93)	(6.826.577,17)
Adiantamentos	(1.022.157,09)	(1.526.873,48)
Despesa antecipada	(32.687.443,55)	(52.421.622,21)
Tributos a recuperar	3.959.722,38	(8.090.685,34)
Indenizações a receber	(37.991.396,73)	-
Depósitos judiciais	(6.118.516,65)	-
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	95.774.735,62	163.027,38
Obrigações sociais e tributárias	(14.141.705,37)	24.636.024,35
Adiantamento de clientes	5.339.198,55	595.083,81
Obrigações societárias	390.883,01	-
Outras obrigações	(1.415.003,40)	1.094.063,89
Caixa Líquido pelas atividades operacionais	(9.015.836,16)	18.338.667,02
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(80,00)	-
Imobilizado	(1.208.752,73)	(95.480,00)
Caixa Líquido pelas atividades de investimento	(1.208.832,73)	(95.480,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital social	10.770.500,81	171.627.720,98
Caixa Líquido pelas atividades de financiamento	10.770.500,81	171.627.720,98
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	90.536.849,50	189.870.908,00
No início do exercício	189.870.908,00	-
No fim do exercício	280.407.757,50	189.870.908,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 46.191.353/0001-17

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Tarifas portuárias, arrendamentos e aluguéis	234.095.627,66	115.381.354,56
	<u>234.095.627,66</u>	<u>115.381.354,56</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(620.282,23)	(204.172,28)
Serviços de terceiros	(177.336.499,07)	(84.255.501,67)
	<u>(177.956.781,30)</u>	<u>(84.459.673,95)</u>
Valor adicionado bruto	56.138.846,36	30.921.680,61
Depreciações e amortizações	(27.067.023,83)	(17.981.325,48)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	29.071.822,53	12.940.355,13
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	20.915.505,12	14.257.193,74
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>49.987.327,65</u>	<u>27.197.548,87</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	15.133.551,14	8.315.629,00
Benefícios	355.664,57	245.134,81
FGTS	642.826,36	328.587,20
	<u>16.132.042,07</u>	<u>8.889.351,01</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	30.428.132,37	15.545.185,61
	<u>30.428.132,37</u>	<u>15.545.185,61</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.648.117,73	2.314.601,60
Outras	133.212,28	15.832,93
	<u>1.781.330,01</u>	<u>2.330.434,53</u>
Lucros retidos	1.645.823,20	432.577,72
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>49.987.327,65</u>	<u>27.197.548,87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 001/1997, firmado em 22 de março de 2020, prorrogou até 1º de abril de 2047 a Delegação da União ao Estado do Rio Grande do Sul, para administração e exploração dos Portos Organizados de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

A Lei Estadual Nº 15.717, de 25 de Setembro de 2021, autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a criar empresa pública, sob a forma de sociedade de propósito específico, denominada Portos RS, extinguindo, concomitantemente, a autarquia denominada Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG.

O Decreto Estadual nº 56.426, de 21 de março de 2022, aprovou o Estatuto social da Portos RS, empresa pública registrada perante a Junta Comercial do Estado do RS e inscrita no CNPJ sob o nº 46.191.353/0001-17, com sede Av. Honório Bicalho, s/n – bairro Getúlio Vargas, Rio Grande - RS, 96201-020, com o objetivo de organizar, gerenciar e fiscalizar todo o sistema hidroportuário do estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia iniciou suas atividades em 28 de abril de 2022, portanto, as demonstrações contábeis de 2022 correspondem a um período de 8 (oito) meses, ao passo que as demonstrações deste exercício de 2023, englobam 12 (doze) meses de operações, o que torna prejudicada a análise comparativa dos períodos.

O sistema hidroportuário conta com os portos públicos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, além de 21 terminais privados, 9 terminais arrendados e 2 estaleiros e mais de 754 km de vias navegáveis com ampla capacidade de receber novos complexos industriais, sendo de grande importância estratégica para o Estado pelo potencial das vias navegáveis interiores, pela redução de custos e economia de combustível no transporte de cargas, especialmente aquelas de grande volume unitário.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as Normas Brasileiras de

Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as Resoluções da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas Notas Explicativas também são apresentados em reais exceto quando expressamente apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas referidas no item 2.1, exigiu que a Administração fizesse julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos estão relacionadas ao valor justo de instrumentos financeiros e as provisões para contingências regulatórias, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia declarou a conclusão e emissão das informações constantes das demonstrações contábeis em 16 de abril de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações da Companhia foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades foi medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 1.645.823,30.

3.2. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos sobre aplicações financeiras e as receitas de juros ativos. A receita de aplicações financeiras está representada pelos ganhos nas variações do valor dos ativos financeiros mensurados a valor justo, por meio de resultado. A receita de juros ativos foi calculada através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas de mora e variações monetárias.

3.3. ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

3.3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valor existentes em caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, foram iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3.2. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados em contas a receber de clientes decorrem das operações normais da Companhia e estão registrados pelos seus valores originais. Todos os valores a receber de clientes foram classificados no ativo circulante, pois tem vencimento no curto prazo..

3.3.3. IMOBILIZADO

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens que compõem o ativo imobilizado foram mensurados pelo custo histórico de aquisição, construção ou integralização, deduzido da depreciação acumulada.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado foram depreciados a partir da data em que foram instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

3.3.4. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Foram apresentados com base no valor líquido de realização.

3.4. PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Foram demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

3.4.1. FORNECEDORES

Foram reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

3.4.2. PROVISÕES

As provisões foram registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, e revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com relação ao Imposto de Renda a Companhia declara que cumpre todos os requisitos para usufruir da imunidade tributária, conforme solução de consulta nº 10.007- DISIT10, oriunda do processo nº 10265.283823/2022-27. A Contribuição Social Sobre o Lucro do exercício corrente, foi calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável referente a essa Contribuição, resultando numa provisão de R\$ 5.973.461,29.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Banco conta movimento	6.724.328,86	6.475,35
Aplicações financeiras	273.683.428,64	189.864.432,65
Total	280.407.757,50	189.870.908,00

As aplicações financeiras estão concentradas em fundos lastreados em CBD, com liquidez imediata, junto ao Banco SICREDI S/A. O montante está expresso a valor justo na data do balanço.

5. CONTAS A RECEBER

A Portos RS, na condição de Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul, é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ e orientadas pela Resolução Normativa 61, de 30 de novembro de 2021, para os portos do Rio Grande do Sul. As tarifas praticadas pela Portos RS para geração de receitas, estão contempladas nas tabelas 1, 2, 3, 5, 7 e 8 do anexo 1 da resolução supramencionada, além das tarifas de arrendamentos portuários - terminais arrendados a partir das licitações das áreas. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 6.826.577,17 e, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 27.930.730,10.

6. ADIANTAMENTOS

	2023	2022
Superintendência dos Portos RGS	2.417.884,06	1.522.831,99
Adiantamentos a empregados	42.647,31	4.041,49
Adiantamento a fornecedores	88.499,20	-
	2.549.030,57	1.526.873,48

O valor lançado na conta Superintendencia dos Portos RGS representa adiantamento para a extinta Autarquia (SUPRG) decorrente dos pagamentos realizados pela Portos RS, cuja competência dos custos e despesas relacionados aos respectivos documentos fiscais, ocorreram em data anterior a constituição da Companhia.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
IRPJ	4.075.849,50	2.505.767,83
PIS	-	996.464,82
COFINS	0,01	4.583.793,34
INSS	4.659,35	4.659,35
CSLL	50.454,12	-
Total	4.130.962,96	8.090.685,34

O valor dos tributos a recuperar refere-se a impostos e contribuições retidos por terceiros, ou créditos originados por operações da Companhia, em relação aos quais será promovida a compensação com valores a recolher ou proceder-se-á uma repetição de indébito.

8. DESPESA ANTECIPADA

Os valores lançados nesta conta referem-se a custos com a dragagem de manutenção iniciada em novembro de 2022, no canal externo, canal interno e canal e berço do Porto novo do Complexo Portuário do Porto Organizado de Rio Grande, e teve como objetivo retirar sedimentos e efeitos do assoreamento que o canal de acesso sofre. Os estudos realizados pela área de meio ambiente da companhia, remetem a uma perda de profundidade de calado no período de um a dois anos.

A manutenção das profundidades são necessárias em função do assoreamento e são importantes para segurança da navegação, que é fator primordial para manter a competitividade, e, conseqüentemente, a prevenção de acidentes ambientais, visto os tipos de cargas movimentadas.

No exercício de 2023, foram lançados no resultado do exercício R\$ 84.068.431,84, relativos a campanha de dragagem realizada em fins de 2022. No final do exercício de 2023 nova campanha de dragagem foi iniciada, no valor contratual de R\$ 94.500.000,00 sendo que desse montante, R\$ 85.109.065,76 foram ativados na conta em referência, para amortização no exercício de 2024, considerando-se o período de 12 meses, estimados para fruição dos benefícios dessa dragagem.

9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

Após o trânsito em julgado das ações judiciais, foi reconhecido no resultado do período o valor relativo a receitas não operacionais a receber no montante de R\$ 37.991.396,73 , cujo montante refere-se a ações judiciais impetradas pela Companhia, sendo R\$ 34.614.036,59 (91,11%) referente a ação contra a empresa TERGRASA S/A, (Processo TJRS // 5000183-06.2010.8.21.0023) e os demais valores correspondentes a diversas ações, classificadas conforme a seguinte tabela:

	2023	2022
Regulatórias	36.855.902,60	-
Cíveis	1.135.494,13	-
Total	37.991.396,73	-

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Ao final do exercício de 2023 a Companhia possuía diversos valores, no montante de R\$ 6.118.516,65, em depósitos judiciais, vinculados a processos em andamentos contra a Companhia. Tais valores serão compensados ou restituídos quando do encerramento dos processos, conforme a decisão favorável ou contrária à Companhia.

11. IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2022			31/12/2023	
		Valor Residual	Baixas	Adições	Depreciação Acumulada	Total líquido
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	10%	88.205,00	34.002,08	397.000,00	65.654,42	385.548,50
Equipamentos de informática	10%	5.683,68	-	670.739,81	17.338,83	659.084,66
Veículos	10%	856.517,44	203.893,00	361.318,00	154.506,94	859.435,50
Peças e conjuntos de reposição	10%	-	-	17.590,00	1.130,24	16.459,76
Greenfield	-	114.675.678,01	-	-	-	114.675.678,01
Brownfield	4%	652.824.237,64	-	-	26.828.393,40	625.995.844,24
Total		768.450.321,77	237.895,08	1.446.647,81	27.067.023,83	742.592.050,67

Os bens patrimoniais contemplados no balanço no grupo Imobilizado, foram transferidos da extinta Superintendência do Porto de Rio Grande – SupRG, como integralização de capital, pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os valores dos bens foram objeto de avaliação por comissões próprias nomeadas ainda na SupRG, ratificados pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes.

Os bens imóveis da Companhia estão classificados como Greenfield e Brownfield nos três portos organizados do Rio Grande do Sul. Os primeiros correspondem àquelas áreas de terras onde não existem construções civis - Instalações e/ou edificações - áreas abertas sem exploração lucrativa. Os segundos correspondem às áreas construídas, instalações e/ou edificações, com uso específico para a gestão da infraestrutura portuária de apoio à operação.

Neste exercício a depreciação calculada sobre os bens depreciáveis, foi feita pelo método linear, consoante as taxas demonstradas na tabela acima, por não existir, ainda, laudo sobre a vida útil dos bens transferidos pela SUPRG, quando da integralização do capital. Atualmente, existe trabalho técnico sendo desenvolvido para definição do tempo preciso de vida útil desses bens, que deve ser concluído em 2024.

12. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores	95.937.763,00	163.027,38

Dentre o montante do grupo fornecedores, temos o valor de R\$ 92.038.696,79 (95% do saldo do grupo) que se refere ao contrato dos serviços de Dragagem de manutenção, iniciado em fins de 2023 com a empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, referido na nota explicativa nº 8. Dito valor tem vencimento no início do exercício de 2024.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2023	2022
PIS a recolher	512.675,71	2.079.203,97
COFINS a recolher	2.361.378,44	9.722.839,67
CS a recolher	4.558.682,77	4.226.528,60
IRRF a recolher	104.261,23	856.996,39
CSRF a recolher	342.215,62	3.328.010,41
INSS retido a recolher	412.174,63	1.237.297,23
ISS Retido a recolher	411.633,17	2.255.158,56
Total	8.703.021,57	23.706.034,83

A variação expressiva de valores do exercício de 2022, para o exercício de 2023, decorre dos valores de impostos e contribuições apurados entre o período de maio a dezembro de 2022, que somente foram liquidados em abril de 2023, tornando expressivo o saldo do débito acumulado no fechamento do exercício de 2022 em comparação a 2023.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2023	2022
Salários e Remunerações a pagar	532.177,42	459.338,11
Pensões a pagar	2.379,96	2.370,70
Rescisões a pagar	2.990,08	-
Provisão para Férias	1.146.591,94	586.460,81
INSS a recolher	253.401,71	153.376,56
FGTS a recolher	82.849,53	55.683,49
IRRF a recolher	357.367,58	259.220,66
Total	2.377.758,22	1.516.450,33

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

As operações nos portos da companhia somente são liberadas mediante o pagamento de cauções em dinheiro, conforme especificado no regulamento de exploração portuária (REP). Este adiantamento corresponde a 80% da estimativa de movimentação em toneladas de produtos, seguindo a tabela tarifária.

Os adiantamentos são registrados nesta conta e após o fechamento da operação. Quando a companhia emite a fatura correspondente é feita a compensação com o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo recebido a título de adiantamentos de clientes foi de

R\$ 5.934.282,36 (cinco milhões novecentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Adiantamentos e garantias	681.114,92	507.603,08
Outras créditos de clientes	1.328.030,70	-
Provisão para ressarcimentos cedidos.	58.625.385,41	16.466.000,00
	60.634.531,03	16.973.603,08

O montante de R\$58.625.385,41 corresponde ao provisionamento do custo da cedência dos servidores da SupRG, a partir de sua extinção, devido a necessidade da continuidade da prestação de serviços na companhia.

Os servidores foram cedidos à Portos RS sem ônus ao Estado, conforme Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei 15.790 de 2021. Isto implica na necessidade da companhia realizar o devido reembolso ao Estado do RS do valor dos salários e encargos desses funcionários cedidos que hoje totalizam 192 colaboradores.

O montante provisionado considerou o valor de uma folha de pagamento média mensal, e que estes servidores estão cedidos à Portos RS a partir de maio de 2022, incluído o valor do décimo terceiro salário.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constituiu provisões para contingências judiciais avaliadas como perdas prováveis pela Gerência Jurídica, com base nas informações prestadas pelos escritórios jurídicos terceirizados. Em 31 de dezembro, o montante das causas com perda provável estava assim constituído:

	2023	2022
Passivos regulatórios	20.067.902,55	14.312.585,11
Passivos trabalhistas	3.911.076,41	7.223.337,48
Passivos cíveis	18.450.465,84	4.300.400,00
Total	42.429.444,80	25.836.322,59

A variação ocorrida no período ocorreu em virtude da revisão dos processos no exercício de 2023.

A Companhia também reconhece como contingências possíveis os valores expressos na tabela a seguir, os quais serão avaliados novamente ao final do exercício de 2024, para determinar a eventual mudança de posição em relação a probabilidade de perda da causa:

	2023	2022
Possíveis regulatórios	4.114.341,32	3.569.651,60
Possíveis trabalhista	13.936.644,18	-
Possíveis cíveis	258.415.773,64	-
Total	276.466.759,14	3.569.651,60

Dentre as ações de natureza cível, a principal trata de ação movida pela empresa Cais Mauá do Brasil S/A, processo nº 5043843-54.2019.4.04.7100, cuja sentença de primeiro grau, de 27.10.23, foi pela total improcedência do pedido. Em 08.04.24, a autora interpôs recurso perante o TRF-4ª Região, ainda pendente de apreciação. O valor atribuído à causa é de R\$ 255.306.000,00. A ação é movida contra a União Federal, Estado do RGS, ANTAQ e a Portos RS por sucessão da SUPRG.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social da PORTOS RS, segundo o seu Estatuto é de R\$ 786.336.124,22. Todavia o Estado do RS declarou, conforme ato de integralização de capital social de janeiro de 2023, um valor na ordem de R\$ 972.640.089,17, dos quais restam a ser repassados R\$ 3.905.700,13.

O capital social da Companhia poderá ser alterado por ato do acionista único, o Estado do Rio Grande do Sul, mediante a capitalização em dinheiro, bens móveis e imóveis, reservas e outros recursos que vierem a ser destinados a esse fim, com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária. Assim, é esperado que no exercício de 2024, seja procedida a alteração do Estatuto Social da companhia, visando adequar o capital social ao valor efetivamente aportado pelo acionista único.

18.2. RESERVA DE LUCROS

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi um lucro de R\$ 1.645.823,20, resultando na constituição de uma Reserva Legal de R\$ 82.291,16 e um Dividendo Mínimo Obrigatório de R\$ 390.883,01, cuja distribuição está sujeita à aprovação da Assembleia Geral.

O saldo da conta Obrigações Societárias, no Passivo Circulante, de R\$ 493.620,22 está composto pelos dividendos não pagos de 2022 e o valor de dividendos constituídos em 2023, conforme tabela abaixo.

Assim, o saldo da Reserva de Lucros, em 31.12.23, no montante de R\$ 1.584.780,70, está constituído pelo somatório dos lucros dos exercícios de 2022 e 2023, deduzidos dos dividendos a pagar referidos no parágrafo anterior.

	2023	2022
Resultado do exercício	1.645.823,20	432.577,72
Constituição de reserva legal	(82.291,16)	(21.628,89)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	390.883,01	102.737,21

19. RECEITA

	2023	2022
Receita Bruta	260.173.902,07	116.061.528,89
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	80.971.650,23	17.205.171,43
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.729.187,81	1.786.374,93
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	18.285.168,41	6.731.212,96
Receitas por Movimentação de Cargas	31.225,74	2.820,08
Receitas de Armazenagem	27.949.324,05	26.895.425,00
Receitas por Diversos Padronizados	22.680.392,70	5.338.597,34
Receitas com Contratos de Arrendamento	107.784.386,19	58.101.927,15
Receitas com Contratos de Uso Temporário	742.566,94	-
(-) Deduções da Receita	(50.532.945,49)	(11.998.831,34)
Pis	(4.328.190,98)	(1.996.505,06)
Cofins	(20.126.480,10)	(9.322.151,95)
Cancelamento De Serviços	(26.078.274,41)	(680.174,33)
Receita operacional líquida	209.640.956,58	104.062.697,55

A tabela acima demonstra a composição das receitas operacionais da Companhia, distribuída por suas diversas fontes, deduzidas das contribuições ao Programa de Integração Social -PIS e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins. Também foram deduzidos os cancelamentos de serviços realizados ao longo do exercício de 2023. Assim, a receita operacional líquida da Companhia, atingiu o montante de R\$ 209.640.956,58

As receitas da companhia são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

20. CUSTOS

Os custos operacionais da PORTOS RS, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da companhia.

Os custos englobam, entre outros, os gastos com dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário.

Todavia, a Companhia adota o Método de Custeio Pleno, em que todos os custos e despesas, inclusive administrativas, da entidade são levados ao objeto de custeio, em atendimento ao disposto na Nota Técnica nº 50, de 2017, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, servindo de base para a fixação das tarifas. A tabela seguinte apresenta os principais agregados dos custos da companhia:

	2023	2022
Custo com Pessoal	14.721.542,57	8.533.726,00
Custo com Serviços de terceiros	155.693.498,64	41.733.966,72
Custo com Materiais	536.932,89	101.131,90
Depreciações e amortizações	27.067.023,83	17.981.325,48
Outros custos	61.128.246,00	42.980.200,34
Total	259.147.243,93	111.330.350,44

20.1 No grupo “Outros custos” temos o conjunto de contas descritas conforme itens abaixo:

	2023	2022
Processos regulatórios	52.265,40	-
Mensalidades associativas	93.117,50	5.635,00
Impostos e taxas diversas	8.470,09	7.775,65
Multas e trânsito	104,12	2.947,35
Despesas com patrocínio	741.900,00	272.931,99
Processos judiciais	1.358.234,10	355.625,01
Publicação de licitação	15.000,00	-
Outros custos	106.647,17	32.962,75
Provisão para contingências	16.593.122,21	25.836.322,59
Provisão ressarcimentos cedidos	42.159.385,41	16.466.000,00
Total	61.128.246,00	42.980.200,34

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Juros Ativos	307.915,24	47.141,69
Rendimento de Aplicações Financeiras	20.607.084,16	14.209.599,74
Descontos Financeiros Obtidos	505,72	452,31
Total	20.915.505,12	14.257.193,74
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(1.648.117,73)	(2.314.601,60)
I.O.F	(117.376,35)	(5.954,31)
Despesas Bancárias	(15.835,93)	(9.878,62)
Total	(1.781.330,01)	(2.330.434,53)
Resultado Financeiro	19.134.175,11	11.926.759,21

22. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LUCRO LIQUIDO – CSLL

	2023	2022
Resultado antes de tributos	14.708.562,88	4.659.106,32
(+) Adições de despesas não dedutíveis	58.752.507,62	42.302.322,59
(-) Compensação de prejuízos	7.089.278,39	-
(=) Base de Cálculo da CSLL	66.371.792,11	46.961.428,91
Devido de Contribuição Social a alíquot	5.973.461,29	4.226.528,60

O resultado antes dos tributos de R\$ 14.708.562,88 corresponde ao resultado tributável acumulados dos 2º, 3º e 4º trimestres do exercício.

As adições de despesas não dedutíveis de R\$ 58.752.507,62, correspondem a provisões para ressarcimento de cedidos no valor de R\$ 42.159.385,41, acrescidos de provisões para contingências no valor de R\$ 16.593.122,21.

Os prejuízos compensados no valor de R\$ 7.089.278,39, correspondem ao prejuízo do 1º trimestre do exercício de 2023.

Para fins de apuração da CSLL no regime do lucro real, a legislação tributária permite a redução de até 30% do lucro líquido ajustado (após adições e exclusões), com base de cálculo negativa da CSLL de exercícios anteriores (art. 6º do Decreto-Lei nº 1.598/1977 e art. 42 da Lei nº 8.981/1995).

23. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

	2023	2022
CONSAD - Conselho de Administração	319.189,41	231.027,91
CONFISC - Conselho Fiscal	122.444,36	88.549,50
COPEUR - Comitê de pessoas,	122.887,32	67.060,50
COAUD - Comitê de auditoria estatutária	119.660,58	
Total	684.181,67	386.637,91

JULIANA
SCHABBACH
GORGEM:0202505804
7


Assinado de forma digital
por JULIANA SCHABBACH
GORGEM:0202505804
Dados: 2024.04.17 17:25:01
-03'00'

Juliana Schabbach Gorgen
Contadora CRCRS 100091/O-7

AB CONTABILIDADE E
ASSESSORIA
EMPRESARIAL
LTDA:32724960000190

Assinado de forma digital por AB
CONTABILIDADE E ASSESSORIA
EMPRESARIAL
LTDA:32724960000190
Dados: 2024.04.17 17:25:10 -03'00'

Axis do Brasil Contabilidade
CRCRS 009617/O-8

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANO PINTO KLINGER
Data: 17/04/2024 17:28:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristiano Pinto Klinger
Presidente